

Convocação da Constituinte

Belo Horizonte — O Presidente José Sarney enviará ao Congresso Nacional, entre os próximos dias 15 e 20, mensagem convocando para 15 de novembro do ano que vem a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, no mesmo dia das eleições parlamentares. Sarney coordenará pessoalmente os entendimentos para viabilização do pacto nacional, se o presidente da Câmara e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, recusar a tarefa.

Essas informações foram dadas, em entrevista, pelo chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, José Hugo Castelo Branco. Disse que um dos itens da mensagem presidencial prevê a consulta aos eleitores, que deverão decidir se os 25 senadores eleitos em 1982, cujos mandatos vão até 1990, devem participar da Constituinte. Revelou que a reforma ministerial só deverá ocorrer em maio do ano que vem, quando, conforme declarou, deixará o Gabinete Civil para concorrer à Câmara dos Deputados.

Pacto nacional

José Hugo declarou que "o pacto nacional preconizado pelo Presidente José Sarney complementa o pacto social de Tancredo Neves". Acrescentou que "o Presidente quer a participação de todas as correntes da sociedade, dos partidos políticos, da Aliança Democrática, do PDT, do PT e dos partidos clandestinos, do PTB, PDS e dos partidos que se organizam. Na medida em que todos os partidos passam a participar deste pacto, teremos de encontrar um denominador comum para a sociedade brasileira".

Assinalou que Sarney quer o apoio da sociedade para medidas de ordem econômica e política.

"Não digo medidas amargas, mas medidas necessárias", observou.

Agora, no meu ponto de vista pessoal, acho que a classe trabalhadora — acentuou José Hugo — teve seus salários tão achatados, durante o período de arbítrio, que não podem dar mais contribuição em matéria de sacrifício. A contribuição tem de ser dada por quem tem

ainda maior parcela a dar. Este é o pensamento do Presidente da República. Não se pode fazer aumento da arrecadação tributária.

Referindo-se à polémica que se formou em torno da reforma agrária, o Chefe do Gabinete Civil disse que "existe um grande equívoco em torno do assunto".

— A reforma agrária que se pretende fazer — explicou — decorre de um documento elaborado pelo Presidente Castelo Branco, há 20 anos. A reforma agrária que se pretende fazer, ao longo de 15 anos, será feita ainda sob o regime dos cânones capitalistas. Trata-se de uma reforma capitalista. Ela visa a aperfeiçoar o regime capitalista. Não é socializante, não é coletivizante, é feita na base da propriedade particular.

Destacou que o objetivo é fortalecer o instituto da propriedade. "Não se pretende expropriar terras particulares, até mesmo porque os Governos federal, estadual e municipal têm imensas quantidades de terras ociosas que precisam ser aproveitadas. E não é só reforma. É preciso que se faça também o desenvolvimento da terra, com assistência a esses novos proprietários", prosseguiu.

— E esta — advertiu José Hugo — é a única maneira de se evitar uma explosão social neste país. A falta de condição de vida está provocando uma migração espantosa para as cidades. E isto coloca em risco a segurança e a estabilidade da paz social. Por outro lado, temos de produzir alimentos, dar condições às pessoas de trabalhar. O Governo tem milhares de hectares de terra.

O chefe do Gabinete Civil informou que, na próxima semana, o Presidente Sarney nomeará todos os integrantes do segundo e terceiro escalões do Governo federal. Acrescentou que se não houver entendimento entre os integrantes da Aliança Democrática — (PFL e PMDB) — "será levada em consideração a proporcionalidade" dos votos dados ao falecido Presidente Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

Lyra explica teor da mensagem

Brasília — Os deputados e senadores a serem eleitos em novembro de 1986 terão poderes constituintes; na mesma eleição os 25 senadores eleitos em 1982, serão ou não referendados como constituintes; e o primeiro ato da Assembleia Constituinte será definir seu regimento interno, para posterior eleição de seu presidente. Até lá, presidirá a Constituinte o parlamentar mais idoso do Congresso.

Esse, segundo o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, deverá ser o resumo da mensagem que o Presidente José Sarney enviará ao Congresso até o final do mês, convocando a Assembleia Constituinte. A emenda Gastone Righi, que propõe a convocação da Constituinte, e entrará em pauta para votação no dia 12, não será aprovada, segundo Fernando Lyra, "pois o compromisso da Constituinte é da Aliança Democrática e é ela quem vai convocar".

O Ministro conversou, durante uma hora, ontem, com o Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, mas não quis falar sobre o assunto. Ele pretende conversar com o Deputado Gastone Righi (PTB-SP), autor da

emenda de convocação da Constituinte, antes do dia 12.

Lyra disse que desconhece a estratégia das lideranças da Aliança Democrática no Congresso para derrotar a proposta de Righi, mas garantiu que tanto o PFL quanto o PMDB estão empenhados em impedir sua aprovação. Segundo ele, a emenda do Deputado petebista é falha, pois não entra em detalhes fundamentais, como, por exemplo, o caso dos 25 senadores eleitos em 1982, que têm mandato até 1990. Eles seriam ou não constituintes?

Na opinião do Ministro, deve haver um referendo popular para torná-los constituintes. Esse referendo, disse, poderá ser feito nas eleições de novembro de 1986, bastando acrescentar a consulta sobre os senadores à cédula de votação.

O parlamentar mais idoso do atual Congresso é o presidente do PDS, Senador Amaral Peixoto, que completará 80 anos no dia 14 do próximo mês. Ele, contudo, já disse que não pretende se candidatar à reeleição, o que exclui seu nome da lista de parlamentares que poderiam presidir a instalação da Constituinte.

Senador desarquiva Conselho

Brasília — O Senador Fábio Lucena (PMDB-AM) propôs, em discurso no plenário, a convocação da Constituinte pelo Conselho Constitucional, previsto no artigo 159 da Constituição e composto pelo Presidente da República, o Vice-Presidente, os presidentes da Câmara e do Senado, o Ministro da Justiça e um Ministro Militar.

O Conselho Constitucional jamais funcionou por falta de regulamentação do artigo 159 da Constituição. Fábio Lucena quer agora regulamentá-lo, por meio de lei complementar, para que, na ausência de ruptura institucional e de poder competente para convocar a Constituinte, o Conselho Constitucional possa tomar a iniciativa.

Fábio Lucena propôs também que, por meio

de emenda constitucional, sejam reduzidos para quatro anos os mandatos dos senadores eleitos em 1982, "que não podem participar da Constituinte, porque não receberam mandato para isso, e também não podem submeter-se a referendo popular porque, se recusados, ficariam afilados pelos corredores como apêndices da Constituinte, reduzidos a meros legisladores ordinários".

O líder do Governo no Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), não viu utilidade na proposta: "Mais uma de um assunto muito controvertido". Assim como considerou desnecessário um plebiscito para convocar a Constituinte, conforme proposta do Assessor Especial da Presidência da República, Célio Borja, e do Deputado Jorge Arbage, que vai apresentá-la formalmente ao Congresso, segunda-feira.